



CADERNO DE QUESTÕES

ASSISTENTE SOCIAL

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 3 horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que **contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Ética do Servidor na Administração Pública	11 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 60

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no Cartão-Resposta, com caligrafia usual, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico:

“A dúvida é o princípio da sabedoria”

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da prova e na eliminação do Concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, **fabricada em material incolor e transparente** de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira, corretivo e/ou borracha.
5. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
6. O telefone celular deverá permanecer desligado e sem bateria, desde o momento da entrada até a saída do candidato do local de realização das provas.
7. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. Somente após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**, o candidato, ainda que tenha desistido do Concurso, poderá entregar o CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA **devidamente assinado e com a frase transcrita**, e retirar-se do recinto. No entanto, **APENAS** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do CARTÃO-RESPOSTA, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
10. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
11. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
12. Os gabaritos das provas serão publicados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio, no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponíveis também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.
13. **O candidato, após o término da Prova Objetiva, deverá entregar os títulos em sala específica determinada pela Coordenação do local em que estiver realizando prova.**

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto: Insustentabilidade dos agrotóxicos

O Brasil é o campeão mundial no uso de agrotóxicos no cultivo de alimentos. Cerca de 20% dos pesticidas fabricados no mundo são despejados em nosso país. Um bilhão de litros ao ano: 5,2 litros por brasileiro! Ao recorde quantitativo soma-se o drama de autorizarmos o uso das substâncias mais perigosas, já proibidas na maior parte do mundo por causarem danos sociais, econômicos e ambientais.

Pesquisas científicas comprovam os impactos dessas substâncias nas vidas de trabalhadores rurais, consumidores e demais seres vivos, revelando como desencadeiam doenças como câncer, disfunções neurológicas e má-formação fetal, entre outras. [...]

O poder das transnacionais que produzem agrotóxicos (uma dúzia delas controla 90% do que é ofertado no mundo) permite que o setor garanta a autorização desses produtos danosos nos países menos desenvolvidos, mesmo já tendo sido proibidos em seus países de origem.

As pesquisas para a emissão de autorizações analisam somente os efeitos de cada pesticida isoladamente. Não há estudos que verifiquem a combinação desses venenos que se misturam no ambiente e em nossos organismos ao longo dos anos.

É insustentável a afirmação de que a produção de alimentos, baseada no uso de agrotóxicos, é mais barata. Ao contrário, os custos sociais e ambientais são incalculáveis. Somente em tratamentos de saúde há estimativas de que, para cada real gasto com a aquisição de pesticidas, o poder público desembolsa R\$1,28 para os cuidados médicos necessários. Essa conta todos nós pagamos sem perceber.

O modelo monocultor, baseado em grandes propriedades e utilização de agroquímicos, não resolveu nem irá resolver a questão da fome mundial (872 milhões de desnutridos, segundo a FAO).

Esse sistema se perpetua com a expansão das fronteiras de cultivo, já que ignora a importância da biodiversidade para o equilíbrio do solo e do clima, fazendo com que as áreas utilizadas se degradem ao longo do tempo. Ele cresce enquanto há novas áreas a serem incorporadas, aumentando a destruição ambiental e o êxodo rural.

Em um planeta finito, assolado por desequilíbrios crescentes, a terra fértil e saudável é cada vez mais preciosa para garantir a sobrevivência dos bilhões de seres humanos.

Infelizmente não há meio termo nesse setor. É impossível garantir a qualidade, a segurança e o volume da produção de alimentos dentro desse modelo degradante. Não há como incentivar o uso correto de pesticidas. Isso não é viável em um país tropical como o Brasil, em

que o calor faz roupas e equipamentos de segurança, necessários para as aplicações, virarem uma tortura para os trabalhadores.

Há que buscar solução na transição agroecológica, ou seja, na gradual e crescente mudança do sistema atual para um novo modelo baseado no cultivo orgânico, mantendo o equilíbrio do solo e a biodiversidade, e redistribuindo a terra em propriedades menores.

Isso facilita a rotatividade e o consórcio de culturas, o combate natural às pragas e o resgate das relações entre os seres humanos e a natureza, valorizando o clima e as espécies locais.

Existem muitas experiências bem-sucedidas em nosso país e em todo o mundo, que comprovam a viabilidade desse novo modelo. Até em assentamentos da reforma agrária há exemplos de como promover a qualidade de vida, a justiça social e o desenvolvimento sustentável. [...]

A outra opção é seguir nos iludindo com os falsos custos dos alimentos, envenenando nossa terra, reduzindo a biodiversidade, promovendo a concentração de renda, a socialização dos prejuízos e a criação de hospitais especializados no tratamento de câncer, como ocorre em Unaí (MG), onde se multiplicam os casos dessa gravíssima doença, devido ao cultivo tóxico de feijão.

Frei Betto. Disponível em: <http://www.freibetto.org/index.php/artigos/14-artigos/33-insustentabilidade-dos-agrotoxicos>.

Acesso em 8/05/2015.

01. Entre os argumentos empregados pelo autor para fundamentar seu ponto de vista, pode-se incluir:
 - (A) os pesticidas são eficazes no combate às pragas
 - (B) o custo dos alimentos eleva-se pela socialização dos prejuízos
 - (C) a utilização de agrotóxicos deve valorizar o clima e as espécies locais
 - (D) as empresas que produzem agrotóxicos financiam contínuas pesquisas

02. De acordo com o texto de Frei Betto, pode-se afirmar corretamente que:
 - (A) a utilização de agrotóxicos está vinculada ao temor dos indivíduos de enfrentar a escassez total de alimentos
 - (B) os sintomas decorrentes de envenenamento por pesticidas se atenuam, bastando o indivíduo se mudar para a cidade
 - (C) o uso de insumos na agricultura está sob controle e a qualidade de vida da população vem sendo beneficiada por isso
 - (D) a sobrevivência da espécie humana e a preservação do planeta estão em risco iminente, urge substituir o modelo monocultor

03. “como ocorre em Unaí (MG), **onde** se multiplicam os casos dessa gravíssima doença” – último parágrafo. De acordo com as normas referentes à língua padrão escrita, há inadequação no emprego do pronome relativo destacado em:
- (A) Trata-se de situação inviável, **onde** a alternativa eficaz é substituir o modelo.
- (B) A fazenda-modelo, **onde** a experiência se realizou, tornou-se um centro de pesquisas.
- (C) Estava no fundo de um triste vale, **onde** a população reunida chorava a perda do ancião.
- (D) Também se usava herbicida no sítio de minha infância, **onde** aprendi a amar a natureza.
04. A palavra **pesticidas** é empregada várias vezes no texto: um radical presente nessa palavra tem o sentido de “matar”. Há erro na indicação do significado de:
- (A) **homicida** – pessoa que mata seu semelhante
- (B) **uxoricida** – marido que mata a esposa
- (C) **fratricida** – indivíduo que mata o frade
- (D) **regicida** – alguém que mata o rei
05. “O modelo monocultor [...] não resolveu **nem** ir resolver a questão da fome mundial” – 6º parágrafo. A conjunção em destaque estabelece entre as orações a relação lógica de:
- (A) adição
- (B) oposição
- (C) explicação
- (D) conclusão
06. Muitos agricultores _____ que venenos e adubos químicos _____ tudo. Por isso, uma parte deles _____ doses maiores que o recomendado e _____ épocas de colheita. Além disso, cada vez se torna mais frequente que _____ a enxada e os métodos tradicionais de cultivo.
- As lacunas dessa frase são preenchidas corretamente, tendo em vista a concordância, pelas seguintes formas verbais:
- (A) crêem – resolve – utiliza – desrespeita – se abandone
- (B) creem – resolvem – utiliza – desrespeita – se abandonem
- (C) creem – resolve – utilizam – desrespeitam – se abandone
- (D) crêem – resolvem – utilizam – desrespeitam – se abandonem
07. O acento gráfico torna-se necessário em razão da mesma regra de acentuação nas palavras agrupadas em:
- (A) câncer - saúde
- (B) consórcio - prejuízos
- (C) importância - equilíbrio
- (D) agrotóxicos - incalculáveis
08. O hífen é necessário em **má-formação** – 2º parágrafo e em **bem-sucedidas** – 12º parágrafo. Assim como nessas palavras, o uso do hífen está correto em:
- (A) extra-uterino
- (B) não-fumante
- (C) recém-nascido
- (D) contra-indicação
09. Considerando o contexto, a afirmativa correta acerca do uso de sinais de pontuação é:
- (A) “Essa conta todos nós pagamos sem perceber.” – 5º parágrafo. Não poderia haver vírgula após a palavra *conta*, pois não se deve separar sujeito e verbo.
- (B) “Ao recorde quantitativo soma-se o drama de autorizarmos...” – 1º parágrafo. Uma vírgula após a palavra *quantitativo*, realçaria o complemento verbal antecipado.
- (C) “Infelizmente não há meio termo nesse setor. É impossível garantir a qualidade...” – 9º parágrafo. Substituir o ponto final por dois-pontos prejudicaria a inteligibilidade do segmento subsequente.
- (D) “Há que buscar solução na transição agroecológica, ou seja, na gradual e crescente mudança...” – 10º parágrafo. Excluir as vírgulas não acarretaria erro gramatical nem alteração do significado da frase.
10. Na página 13 do Manual de Redação Oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, lê-se:
- A escolha das palavras e das estruturas determina, portanto, a expressão do pensamento e garante a inteligibilidade da mensagem. Assim, é inadmissível que a Redação Oficial apresente incorreções, coloquialismos, gírias, expressões regionais e “burocratês”, tipo de linguagem administrativa, constituída de formas arcaicas, inadequadas ao contexto contemporâneo.*
- Essa recomendação é observada na escrita da seguinte frase:
- (A) Há muitos anos atrás alguns países já averiguavam supostos prejuízos causados por agrotóxicos e que eles podiam lesar o planeta.
- (B) A necessidade emergente demanda por transparência e agir no nível de superestrutura e defesa do interesse da população, numa decisão preventiva.
- (C) Através de um abaixo assinado, rogou-se aos responsáveis supracitados repensar o uso de pesticidas e que considerassem com seriedade a agricultura orgânica.
- (D) Apesar da expansão da agricultura orgânica, a competitividade das unidades de produção ainda depende da geração de conhecimento e tecnologia em bases científicas.

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Segundo o Código Penal Brasileiro, a conduta de acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem caracteriza crime de:
- (A) fraude processual
(B) autoacusação falsa
(C) favorecimento pessoal
(D) denúncia caluniosa
12. Segundo o Código Penal Brasileiro, a conduta de ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia caracteriza o seguinte crime:
- (A) oferta pública sem restos a pagar
(B) ordenação de despesa não autorizada
(C) oferta pública ou colocação de títulos no mercado
(D) autorização de despesas não empenhadas de títulos da dívida pública
13. Segundo o Código Penal Brasileiro, a pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional no seguinte crime:
- (A) tráfico de influência
(B) corrupção ativa
(C) prevaricação
(D) peculato
14. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro prevê expressamente que é vedado ao servidor público:
- (A) desviar servidor público para atendimento a interesse particular
(B) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito
(C) informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência do Código de Ética
(D) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas
15. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro prevê expressamente que:
- (A) tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral
(B) tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano material e moral
(C) deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução permitindo a formação de filas não caracteriza dano moral
(D) deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução permitindo a formação de filas caracteriza mero aborrecimento

16. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), prevê expressamente que constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:
- (A) receber vantagem econômica para omitir ato ou declaração a que esteja obrigado
(B) usar, em proveito próprio ou alheio, bens, rendas, verbas ou valores públicos
(C) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública
(D) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente
17. Segundo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública sujeito às seguintes cominações:
- (A) ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão ou interrupção dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos
- (B) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial real e proibição de contratar com o Poder Público, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica privada da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos
- (C) ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão ou interrupção dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos
- (D) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos

18. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) prevê expressamente que:

- (A) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei até o limite do valor da herança
- (B) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei até o ressarcimento integral do dano
- (C) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente excepcionalmente estará sujeito às cominações da lei até o limite da meação
- (D) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente, em razão da intranscendência das penas, não estará sujeito às cominações da lei

19. A Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666/93), prevê pena de detenção de 03 (três) a 5 (cinco) anos e multa para aquele que:

- (A) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem indevida de qualquer tipo
- (B) devassar o sigilo de proposta apresentada em regular procedimento licitatório, ou proporcionar a parente ou qualquer terceiro o ensejo de devassá-lo
- (C) dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade
- (D) obstar ou dificultar, injustamente, a inscrição de interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração de registro do inscrito

20. Segundo a Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666/93), pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, dentre outras:

- (A) multa e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos
- (B) advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos
- (C) advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos
- (D) multa e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Nas relações internacionais estabelecidas pelo Estado brasileiro, o repúdio ao racismo é considerado, conforme a Constituição Federal de 1988, como:

- (A) diretriz
- (B) objetivo
- (C) princípio
- (D) prerrogativa

22. Ao dependente do trabalhador segurado é devido o seguinte benefício do Regime Geral da Previdência Social:

- (A) aposentadoria por invalidez
- (B) pensão por morte
- (C) auxílio-doença
- (D) salário-família

23. Nos termos do Decreto nº 3.298/1999, uma diretriz da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência é:

- (A) garantir vagas no mercado de trabalho para as pessoas portadoras de deficiência, por meio da divulgação da política de cotas
- (B) criar condições de atendimento das necessidades básicas da pessoa portadora de deficiência, mediante ações solidárias da sociedade civil organizada
- (C) incluir os direitos sociais da pessoa portadora de deficiência em todos os acordos internacionais, por meio de alianças políticas com os setores governamentais
- (D) viabilizar a participação da pessoa portadora de deficiência em todas as fases de implementação dessa Política, por intermédio de suas entidades representativas

24. Com base na Lei nº 10.741/2003, os órgãos de saúde devem proporcionar as condições adequadas para a permanência em tempo integral de um acompanhante do idoso internado ou em observação. Nesse marco legal, a ideia do acompanhamento caracteriza-se como:

- (A) direito do idoso
- (B) dever da família
- (C) indicação da equipe de saúde
- (D) prerrogativa da direção da instituição

25. Tendo como referência a Lei nº 8.069/1990, propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem é competência:

- (A) da família
- (B) do Poder Público
- (C) do Conselho Municipal de Segurança Alimentar
- (D) dos serviços socioassistenciais de suporte nutricional

26. De acordo com a Lei nº 8.742/1993, um dos objetivos da assistência social é:
- (A) avaliar a possibilidade de ocorrência de situações de negligência da família com algum de seus membros
 - (B) assegurar um salário-mínimo de benefício previdenciário mensal às pessoas idosas e com deficiência
 - (C) garantir condições dignas para a convivência familiar e comunitária
 - (D) promover a integração ao mercado de trabalho
27. Considera-se como uma das diretrizes da política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a:
- (A) garantia de atendimento e proteção intersetorial e interdisciplinar nas delegacias de atendimento à mulher
 - (B) proibição de veiculação nos meios de comunicação social de papéis estereotipados que incentivem a violência contra a mulher
 - (C) promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia
 - (D) obrigatoriedade, nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação da área da saúde, da inclusão de conteúdos voltados ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher
28. Nos processos de tratamento de saúde, a decisão de comunicar ou não o estado de saúde aos familiares e acompanhantes de um usuário é competência:
- (A) do próprio usuário
 - (B) da equipe médica
 - (C) do Serviço Social
 - (D) da direção da unidade
29. A concepção presente na Lei nº 8.080/1990 introduz na política pública brasileira a lógica da determinação social do processo saúde-doença. Um dos determinantes sociais de saúde presentes nessa perspectiva de análise é a:
- (A) renda
 - (B) religião
 - (C) segurança
 - (D) comunicação
30. De acordo com a Lei nº 8.142/1990, a gestão do Sistema Único de Saúde deve contar, em cada esfera de governo, com as seguintes instâncias colegiadas:
- (A) comissões parlamentares de seguridade social e de direitos humanos
 - (B) secretarias de assistência e de gestão do trabalho em saúde
 - (C) fóruns populares e movimentos sociais
 - (D) conselhos e conferências

31. Os mecanismos que viabilizavam a assistência médica, no período compreendido entre o século XVIII e o início do século XX, eram caracterizados por:
- (A) filantropia e prática liberal
 - (B) ações públicas e humanitárias
 - (C) campanhas higienistas e associações mutuárias
 - (D) subsídios da oligarquia cafeeira e medicina alternativa
32. O modelo de medicina previdenciária que surgiu no Brasil nos anos 1930 pretendeu estender os seus benefícios a um número maior de categorias de assalariados urbanos, como forma de antecipar suas reivindicações e, não, de viabilizar uma cobertura mais ampla. As instituições que materializaram tal modelo são denominadas:
- (A) Serviços de Seguro Social
 - (B) Conselhos de Serviço Social
 - (C) Caixas de Aposentadorias e Pensões
 - (D) Institutos de Aposentadorias e Pensões
33. As ações desenvolvidas pelo Serviço Social na área da saúde, denominado, no período da emergência da profissão, como Serviço Social Médico, foram:
- (A) pesquisa sobre as necessidades da população usuária e conciliação dos deveres profissionais do cliente com as demandas do empregador
 - (B) triagem socioeconômica e elaboração de fichas informativas sobre o cliente para ajudar o médico no tratamento
 - (C) instrução das famílias empobrecidas e democratização da informação via produção de material educativo
 - (D) entrevistas individuais e distribuição de auxílios financeiros para possibilitar a ida do cliente à instituição médica
34. A mobilização de profissionais progressistas da saúde pública, iniciada em meados da década de 1970, que posteriormente se somou ao movimento popular, denomina-se:
- (A) Associação Brasileira de Saúde Coletiva
 - (B) Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
 - (C) movimento de renovação médica
 - (D) movimento sanitário
35. No Brasil, a inserção do Serviço Social nos órgãos da assistência médica previdenciária foi regulamentada em 1967. À época, as ações individuais realizadas pelo assistente social nessas instituições tinham o seguinte caráter:
- (A) educativo e de ajustamento
 - (B) psicossocial e moralizador
 - (C) democrático e reflexivo
 - (D) preventivo e curativo

36. Segundo Boschetti, os benefícios disponibilizados pelo modelo alemão de proteção social, no início do século XX, objetivavam:
- viabilizar as condições básicas de vida para todos os trabalhadores, independentemente da sua inserção no mercado formal de trabalho
 - garantir os mínimos sociais às famílias de trabalhadores incapacitados, frente às possibilidades de vulnerabilidade social
 - manter a renda dos trabalhadores em momentos de risco social, decorrentes da ausência de trabalho
 - erradicar a extrema pobreza, com vistas a superar as situações de desigualdade social
37. Na compreensão do Conselho Federal de Serviço Social, as ações que devem predominar no atendimento direto aos usuários da política de saúde são aquelas caracterizadas como:
- atendimento individual, abordagem grupal e comunitária
 - intersectorial, de matriciamento sociofamiliar e multidisciplinar
 - avaliação sociofamiliar, pesquisa da realidade social e propositiva
 - socioassistencial, articulação com a equipe de saúde e socioeducativa
38. A construção do SUS significou o reordenamento do modelo assistencial de atendimento às necessidades de saúde da população brasileira. Nessa proposta, o trabalho profissional dos assistentes sociais adquire maior centralidade, atribuindo à profissão um novo estatuto no campo da saúde. Essa compreensão justifica-se pelo seguinte fato:
- adoção dos determinantes sociais como estruturantes do processo saúde-doença
 - formação generalista dos assistentes sociais como condição para o enfrentamento da questão social
 - investimento nos serviços básicos de saúde compreendidos como novo mercado de trabalho para os assistentes sociais
 - aumento da extrema pobreza como consequência do aprofundamento do modo de acumulação capitalista
39. A assistência integral à saúde e reabilitação da pessoa com deficiência conta com a dispensação de alguns elementos que aumentam as possibilidades de independência desses usuários e complementam a prestação do atendimento especializado. A denominação correta desses elementos é:
- materiais pedagógicos especiais
 - insumos excepcionais
 - ajudas técnicas
 - adequações terapêuticas funcionais
40. A unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial denomina-se:
- Instituto Municipal de Acolhimento Social (IMAS)
 - Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS)
 - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)
 - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)
41. Com base na resolução CFESS nº 533/2008, a responsabilidade ética e técnica da supervisão direta de estágio é competência dos seguintes sujeitos envolvidos no processo de formação profissional do assistente social:
- coordenador de curso e professor de estágio
 - supervisor de campo e supervisor acadêmico
 - tutor acadêmico e coordenador de estágio
 - supervisor de campo e aluno estagiário
42. Matos (2013), ao se apropriar das reflexões feitas por Costa (2000), afirma que o modelo médico hegemônico secundariza e desqualifica as ações e atividades profissionais que não se constituem objeto de práticas privilegiadas pelo referido modelo. Daí decorre a realização, nos serviços de saúde, de atendimentos profissionais que carecem do princípio identificado como:
- consciência sanitária
 - interdisciplinaridade
 - justiça social
 - democracia
43. Um homem de 42 anos de idade, cuja ocupação era encarregado de obras, encontra-se desempregado há 11 meses. Atualmente, foi diagnosticado, após investigação e acompanhamento da situação de saúde, com um quadro de nefropatia grave. Seu vínculo como segurado da previdência social foi estabelecido no ano 2003. Tal situação garante a esse usuário o seguinte benefício:
- aposentadoria especial
 - auxílio-desemprego
 - auxílio-doença
 - bolsa família
44. Constitui-se como uma categoria histórica e como valor central do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros:
- a liberdade
 - o ecletismo
 - a transdisciplinaridade
 - a universalidade

45. Inspirada no modelo inglês e totalmente diversa da experiência brasileira, a concepção marshalliana de cidadania possui uma forte marca:

- (A) pós-moderna
- (B) neotomista
- (C) marxista
- (D) liberal

46. Considera-se como marco histórico, tanto do rompimento do Serviço Social brasileiro com o conservadorismo profissional como do surgimento do projeto ético-político da profissão comprometido com os interesses da classe trabalhadora, o seguinte evento:

- (A) Seminário de Teorização de Araxá
- (B) Encontro Nacional CFESS / CRESS de Maceió
- (C) Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979
- (D) I Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social

Com base no artigo de Trindade (2013, In: SANTOS et al., 2013), responder às questões de números 47 e 48:

47. Uma das históricas requisições institucionais ao assistente social, o plantão social, em geral, demanda dos profissionais ações rotineiras e burocratizadas, caracterizadas pela seguinte lógica:

- (A) do solidarismo cristão e ineficácia estatal
- (B) da prestação da ajuda e de auxílios materiais
- (C) da crítica à sociedade burguesa e de redução de tensões
- (D) do acolhimento institucional e do atendimento humanizado

48. Dentre os procedimentos de caráter coletivo realizados pelos assistentes sociais, aquele que possibilita a convivência entre pessoas que possuem necessidades e situações de vida semelhantes é tipificado como:

- (A) grupo
- (B) oficina
- (C) reunião
- (D) palestra

49. No debate sobre as particularidades do trabalho profissional do assistente social, Iamamoto (2007), a partir da análise da literatura especializada, identifica diferentes teses. A que se refere à identidade alienada é sustentada pelo seguinte autor:

- (A) Costa
- (B) Abreu
- (C) Yazbek
- (D) Martinelli

50. Com base em dados do IBGE sobre a realidade das famílias brasileiras, Nogueira e Monteiro (2013) apontam que famílias chefiadas por mulheres, famílias estendidas e famílias homoafetivas caracterizam o que, em 1997, Mioto denominou de:

- (A) famílias desestruturadas
- (B) novos arranjos familiares
- (C) famílias ampliadas
- (D) núcleos familiares

51. Mioto e Nogueira (2006) compreendem que, com a superação do paradigma mecanicista, o sistema de saúde brasileiro passa a conceber as necessidades de saúde como:

- (A) dificuldades de acesso a tratamentos prescritos pelos profissionais médicos
- (B) produtos das relações sociais e destas com o meio físico, social e cultural
- (C) expressões de risco social apresentadas pelos usuários nos serviços hospitalares
- (D) entraves nos vínculos construídos entre a população e desta com as equipes de saúde

52. “Diz respeito às profissões reguladas juridicamente, que supõem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, elegendo os valores, objetivos, funções, requisitos, normas e balizas para a atuação profissional [...]; tem vinculação com um determinado projeto societário atento às desigualdades de classe, gênero e raça/etnia que se propõe à construção de uma nova ordem social, à defesa intransigente dos direitos humanos e à recusa do arbítrio e dos preconceitos.” (VELOSO, 2014). Esse conjunto de características conforma a seguinte referência profissional:

- (A) Parâmetros de Atuação Profissional nas Políticas Sociais
- (B) Lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social
- (C) Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social
- (D) Código de Ética Profissional do Assistente Social

53. Para o CFESS (2010), a compreensão dos determinantes sociais, econômicos e culturais do processo saúde-doença e a busca de estratégias para o enfrentamento dessas questões conforma o:

- (A) objetivo do Serviço Social na saúde
- (B) objeto do trabalho profissional no setor
- (C) resultado do trabalho dos assistentes sociais
- (D) instrumento básico de intervenção profissional na saúde

54. Historicamente colocadas como demandas ao Serviço Social na saúde, as situações de óbito requisitam desses profissionais uma importante articulação com as equipes de saúde. Nesses atendimentos, compete ao assistente social na sua relação com a família:
- (A) solicitar o comparecimento de um familiar na unidade de saúde, de porte dos documentos de identificação do usuário
 - (B) oferecer o apoio emocional necessário durante os procedimentos decorrentes do óbito
 - (C) orientar sobre as condições de acesso à pensão por morte
 - (D) explicar os motivos que determinaram o óbito do usuário
55. Considerar a seguinte situação em acompanhamento pelo Serviço Social:
- Criança de 4 meses de vida, nasceu com uma cardiopatia grave e deficiência visual. Sua mãe vive com outros 3 filhos adolescentes do primeiro casamento, com idades entre 12 e 17 anos. Encontra-se desempregada há 1 ano. Essa família tem como única renda o benefício assistencial da LOAS do filho mais velho, que também possui deficiência visual.
- Após o estudo dessa situação, o Serviço Social indica que essa criança tem direito ao seguinte benefício:
- (A) majoração
 - (B) salário-maternidade
 - (C) Bolsa Família
 - (D) benefício da prestação continuada
56. De acordo com os "Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de saúde", as ações socioeducativas em saúde devem ter como referência o conceito de consciência sanitária, fundamental para a consolidação da Reforma Sanitária, e que foi formulado por:
- (A) Berlinguer
 - (B) Arouca
 - (C) Fleury
 - (D) Bravo
57. Em tempos neoliberais, segundo Lamamoto (2007), a lógica que passa a presidir a política social é:
- (A) refilantropização da assistência social
 - (B) centralidade de ações sociais voluntárias
 - (C) privatização seletiva dos serviços sociais
 - (D) investimento nos programas de transferência de renda
58. A concepção ampliada de saúde aprovada na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, é introduzida no país com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei Orgânica da Saúde, de 1990. Supera-se a compreensão de que saúde não é apenas ausência de doenças, mas sim um conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade, socialmente produzidos, mas apropriados de forma privada. Desse modo, essa nova concepção desvela a intrínseca relação da saúde com:
- (A) cultura
 - (B) política
 - (C) trabalho
 - (D) economia
59. A dimensão do exercício profissional que permite desvendar a realidade social, elaborar o conhecimento dos modos de vida e da cultura da população usuária e que deve ocupar lugar privilegiado no trabalho profissional é tipificada como:
- (A) socioeducativa
 - (B) investigativa
 - (C) interventiva
 - (D) reflexiva
60. Trindade (2013) considera que, nas ações individuais realizadas pelo Serviço Social, são utilizados dois tipos de documentos: o de caráter técnico e o de caráter burocrático-administrativo. Um exemplo de documento técnico utilizado pelos assistentes sociais é:
- (A) ficha social
 - (B) mapa estatístico
 - (C) cadastro de usuário
 - (D) declaração para usuário